



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 16/2016

----- Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência do Vice-Presidente Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

#### ----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou a ausência da Presidente da Câmara e do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por se encontrarem de férias. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 15/2016, referentes à reunião ordinária de 12 de agosto. -----

----- Aprovada a ata n.º 15/2016, por unanimidade dos presentes com direito a voto (3 votos a favor). -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão, cento e sete mil, oitocentos e dezasseis euros e quarenta e quatro centimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e nove mil, duzentos e vinte e três euros e vinte e quatro centimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- AVALIAÇÃO DO APOIO REALIZADO PELA UMS NA UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE (UCC) DE RIO MAIOR NO 1º SEMESTRE DE 2016 -----

----- TV RECORD NAS SALINAS - 23 AGOSTO -----

----- VOTO DE PESAR APROVADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 12/8/2016 PELO FALECIMENTO DE MÁRIO MONIZ PEREIRA -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- Ainda antes do período de intervenção dos membros do Executivo, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Patrício Figueiredo (anexo 1), trabalhador da Câmara Municipal que faleceu subitamente e propôs que o mesmo fosse aprovado e remetido aos familiares e feito um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, seguindo-se um minuto de silêncio em honra de Vítor Manuel Patrício Figueiredo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre os assuntos para conhecimento começou por relevar o trabalho realizado pelas Unidades Móveis de Saúde que continuam a demonstrar uma enorme capacidade numa tarefa que não é da responsabilidade do Município, mas que foi assumida pelo município e que em muito tem beneficiado os munícipes do concelho de Rio Maior, questionando a propósito, para quando se previa a celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal e o Ministério, de forma a que a autarquia seja ressarcida dos valores gastos com um serviço que não é da sua responsabilidade, considerando que quando os Riomoienses pagam os impostos é para a Saúde no seu geral e não para a saúde nacional e para a concelhia. Disse ainda que as situações relativas aos Centros de Saúde devem continuar a ser denunciadas, tentando assim que todos os utentes tenham médico de família e cuidados de primeira categoria, o que não se tem verificado, daí a necessidade de exigir aquilo a que os Riomoienses têm direito.-----

----- Questionou também para quando estão previstos os processos concursais, ou se a Câmara tem outra solução em vista. -----

----- Para terminar reportou-se ao trânsito de transportes pesados na localidade de Asseiceira, que diariamente é desrespeitada a velocidade, dado a inexistência de sinalética e não deve ser esquecido que dentro da aldeia é proibido o trânsito de pesados, o que não se verifica e espera que não aconteça algo de grave para que a situação seja resolvida, afirmando ainda que a população está muito indignada com a situação.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se reportar às Unidades Móveis de Saúde, referindo que em bom tempo a Câmara abraçou este projeto, opinando que a relação de proximidade que a

Câmara Municipal de Rio Maior tem com os seus munícipes justifica a continuação deste excelente trabalho que está a ser prestado às populações. Disse ainda que também gostaria que os custos inerentes fossem suportados pelo Ministério da Saúde, mas também reconhecia que a nível nacional, o que está a ser feito no Concelho é algo excecional e diferente, considerando assim que, se o todo nacional tivesse estas condições, e era desejável que assim acontecesse, percebia que essa situação também fosse suportada pelo Ministério da Saúde, mas como infelizmente isso ainda não é possível, e com toda a relação existente com o Ministério da Saúde, deve fazer notar-se esse esforço que está a ser feito pelo município, mas considerava que o mais importante é que as outras valências que são da responsabilidade efetiva do Ministério da Saúde se cumpram e aí a Senhora Presidente tem contado com todo o apoio da Câmara, no sentido de pressionar o Ministério da Saúde, no que respeita aos médicos de família e a outras situações que têm vindo a melhorar, mas que ainda não estão completamente resolvidas no concelho de Rio Maior. Opinou que tem que ser resolvido aquilo que ainda falta resolver da responsabilidade do Ministério da Saúde, mas deve continuar-se com todo esse esforço que está a ser feito com as Unidades Móveis de Saúde, no entanto dever-se-á continuar a pressionar para que o Ministério da Saúde faça o que é essencial no concelho e também para se conseguir ter a respetiva comparticipação financeira que considera de toda a justeza.-----

----- Seguidamente, e sobre a FRIMOR disse que o orçamento era diminuto considerando a disponibilidade financeira da Câmara, mas pensa que haja algumas expectativas no que concerne a toda a dinâmica relacionada com o investimento, a promoção do empreendedorismo, pois verificou-se uma nova vertente no certame, que espera que resulte, assinalando esse esforço, porque não se cria riqueza sem emprego e para criar emprego é preciso empreendedorismo, vontade e saber. Salientou haver um sinal de mudança o qual deve ser feito na área do empreendedorismo, porque outras atividades que aparecem, de caráter cultural, recordando os tempos vividos, mas que do ponto de vista da atividade económica não são tão significativas, pelo que espera que o esforço seja feito na vertente já referida. Registou a boa expectativa que tinha ao ver o programa da Frimor.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre a gestão de pessoal informou que estão a fazer o levantamento das necessidades de pessoal e a analisar todo o enquadramento legal para ainda este se ano se proceder à abertura de procedimentos concursais para colmatar algumas situações.-----

----- Sobre os atletas riomaiorenses que estiveram nos Jogos Olímpicos que como

dissera oportunamente, iriam dignificar Rio Maior, independentemente dos resultados obtidos, pois as medalhas são muito difíceis de atingir considerando que estão presentes atletas de todo o mundo. Salientou os excelentes lugares alcançados pela Inês, pelo Sérgio e pelo Miguel, assim como de todos os outros que assim, mais uma vez dignificaram Rio Maior e Portugal.-----

----- Relativamente à Frimor convidou todos os presentes para a inauguração da mesma e disse que na feira dos frutos de Caldas da Rainha estava um Stand da Câmara Municipal de Rio Maior que tenta promover a economia riomaiorense, nomeadamente o Agroalimentar e a Frimor, que dignificam a autarquia pela qualidade e promoção do que está a ser feito na promoção do concelho.-----

----- Referiu também que o certame tem início com o Circuito de Ciclismo de Rio Maior, salientando a realização durante o mesmo, do 1º Festival Gastronómico da Carne de Porco e das Aves, em que vão estar representados dois restaurantes e quatro associações do concelho esperando que seja um sucesso em termos do que Rio Maior representa e representa.-----

----- Disse também que há uns anos a esta parte tem-se enveredado pela qualidade da feira, com a promoção da vertente Agroalimentar, do empreendedorismo e realização de diversos WorkShops, os quais têm vindo a aumentar, em termos de qualidade. Os citados WorkShops organizados pelo Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, pelo Nersant, pelo Cluster Agroalimentar, pelo Aproder, pela Direção Regional de Agricultura e pela “Incubar Mais Lezíria” de que o Centro de Negócios faz parte, são entidades que começam a reconhecer a qualidade e o valor da Frimor, representando também uma mais valia que capta público e que muito dignificam o certame. Destacou ainda o espaço “Show Cooking” com a participação do Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste, assim como outras atividades já vindas de anos anteriores, nomeadamente o “Espaço Equestre” que anualmente tem vindo a ganhar dinâmica, as provas de Dressage e o Passeio Equestre Noturno, assim como toda a representação empresarial, salientando no entanto que a vertente de animação e espetáculos, são um complemento do certame. Referiu que cada vez mais se tem de apostar numa feira económica, com outras atividades secundárias, mas a vertente empresarial e económica tem de ser relançada, afirmando que o Executivo fez uma feira com qualidade e em que a vertente económica é o mais importante.-----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra referiu-se às Unidades Móveis de Saúde e opinou tratar-se de um bem necessário, independentemente de ser a autarquia a suportar os custos, pois o mais importante é estarem ao serviço da população, considerando ainda sobre os

custos que ainda não foi possível resolver a questão, quer com o anterior Governo, quer com o atual, dado todas as mudanças que tem havido, mas continua-se em negociação, salientando que a Câmara irá sempre apoiar esta prestação de serviços, pois as Unidades Móveis estão ao serviço de toda a população, o que supera muito aquilo que se possa gastar dos cofres do município.-----

----- Relativamente ao IC2 informou que os contactos têm continuado com a EP, frisando que a situação também é uma preocupação para o Executivo considerando que o trânsito continua a passar dentro da localidade de Asseiceira, e existe uma grande falta de civismo, apesar da GNR estar informada e de caber a esta entidade tomar uma atitude mais drástica.-----

----- Sobre a FRIMOR referiu tratar-se de mais um evento em que o Executivo está de parabéns, certame que ao longo dos anos tem tido altos e baixos, mas que apesar disso tem vindo progressivamente a melhorar, enveredando por outros caminhos, pois as feiras tradicionais tendem a desaparecer, a nível nacional, e se não houver inovação e algo diferente no sentido de cativar as empresas, os populares, as entidades oficiais, mais difícil será manter-se o certame. Espera que haja adesão por parte da população não só do concelho de Rio Maior, mas de todos aqueles que visitam o certame. Deu os parabéns ao Vereador Lopes Candoso pela forma como decorreu o certame. -----

----- Quanto aos Jogos Olímpicos deixou uma palavra de apreço para a comitiva nacional, e, independentemente dos resultados o importante é a participação, recordando que quando a Comunicação Social falou dos custos inerentes aos mesmos, considerou que isso representa “trocos” se for comparado com o que gastam outros Países. Congratulou-se com a presença dos atletas riomaiorenses nos Jogos Olímpicos, opinando que valeu a pena todo o trabalho da Câmara e de todos os atletas que participaram nos jogos olímpicos, deixando uma palavra de apreço, pois todos tentam fazer o melhor possível.-----

----- Ainda no uso da palavra informou que a Escola Fernando Casimiro estão a decorrer obras de remodelação das casas de banho e cozinhas, obras que ficarão concluídas até ao final da próxima semana, melhorando a qualidade dos serviços que presta.-----

----- Relativamente à escola das Alcobertas informou que ocorreu uma inundação na mesma e que danificou o quadro elétrico, foi participado ao seguro, aguardando-se o orçamento para a reparação, esperando que rapidamente tudo esteja solucionado e que não interfira com o início do novo ano letivo.-----

----- Sobre a recuperação do Terminal Rodoviário informou que a Câmara já tem diversos orçamentos, todos muito dispendiosos, considerando que apresenta muitas

fissuras, tratando-se de um investimento muito avultado, mas está nos horizontes do Executivo proceder à sua recuperação, assim como esperam que da parte da Rodoviária Nacional passe a haver maior empenho e vontade de manter o espaço com alguma qualidade.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 50/2016 DE 16 DE AGOSTO – APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM VISTA À EXECUÇÃO DA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DO PAÇO REAL” E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 50/2016, exarado em 16 de agosto pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou: a abertura do procedimento de concurso público, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19º do CCP, com vista à execução da empreitada: “Requalificação do Núcleo Histórico do Paço Real”; a aprovação das peças do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 40º do CCP; e a publicação do respetivo Anúncio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130º do CCP. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO N.º 51/2016 DE 18 DE AGOSTO – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA EFEITOS DE LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO EM ARRUDA DOS PISÕES** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 51/2016, exarado em 18 de agosto pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual foi autorizado o lançamento do fogo-de-artifício nos termos e condições constantes do parecer emitido a 17/8/2016. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO N.º 52/2016 DE 18 DE AGOSTO – NOMEAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE APRECIÇÃO DE PROPOSTAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 52/2016, exarado em 18 de agosto pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual foram nomeados para constituir a Comissão de Avaliação de Propostas os seguintes elementos: **Ana Cristina Oliveira Gomes Vicente**, Técnica Superior na área do Turismo da Unidade Administrativa, Educação e Valorização do Capital Humano; **Ricardo Nuno Bento do Rosário**, Chefe de Divisão da Unidade Obras Públicas, Equipamentos, Apoio às Freguesias e Património Cultural; **Luis Alberto Rocha Barbosa Vicente**, Técnico Superior da Unidade Financeira e Ação Social. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO N.º 53/2016 DE 19 DE AGOSTO – ADJUDICAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ANOS LETIVOS 2016/2017 E 2017/2018** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 53/2016, exarado em 19 de agosto, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a adjudicação da Aquisição de Refeições Escolares para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018 ao consórcio Gertal – Companhia Geral de Restaurante e Alimentação, S.A. / Itau – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A. / Socigeste – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda., até ao montante de € 621.961,50 (seiscentos e vinte um mil novecentos e sessenta e um euros e cinquenta cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida e uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

-- “Votei contra esta proposta, não porque os seus procedimentos não estejam todos devidamente acautelados, do ponto de vista da correção, mas por uma questão de princípio, não acredito que estes consórcios prestem um serviço de qualidade aos nossos alunos. Terá que haver alternativas, nem que elas sejam mais dispendiosas e

o Ministério da Educação terá de perceber que não é o ser mais barato que resolve os problemas” -----

----- **DESPACHO N.º 54/2016 DE 24 DE AGOSTO – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA POR PROVA DESPORTIVA** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 54/2016, exarado em 24 de agosto pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública no percurso assinalado em mapa, no dia 28 de agosto, entre as 16 e as 18 horas, condicionado aos pareceres acima referidos, para a realização da prova desportiva denominada “Circuito de Ciclismo de Rio Maior”. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO II – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA 24/01/2016 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência para as Juntas de Freguesia, no montante total de 974,56 € (novecentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), no âmbito do Recenseamento Eleitoral 2016. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO III – RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “O NINHO”** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é renovar o protocolo e respetiva transferência financeira nos termos das cláusulas 2ª e 4ª da sua versão atual. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IV - IMPLANTAÇÃO DE MONUMENTO EVOCATIVO DO ROTARY CLUB** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a localização e a



implantação do monumento evocativo de Rotary na Avenida Dr. João Afonso Calado da Maia. -----

----- O Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida ausentou-se da sala por se encontrar impedido de discutir e votar este ponto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- O Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida voltou à sala. -----

----- **PONTO V – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELAS DE TERRENO DO PROLONGAMENTO DA AVENIDA MARECHAL HUMBERTO DELGADO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MUNICÍPIO DE RIO MAIOR - PROCESSO Nº 119/2016** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que do prédio rústico, sito em Abum, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 5 da secção AZ, foram retiradas as áreas de 3.135 m2 e de 1.600 m2, que irão integrar o domínio público municipal com a construção do prolongamento da Avenida Marechal Humberto Delgado. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VI – AVALIAÇÃO ACÚSTICA AO ESTABELECIMENTO WASH RIO - LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA – MEDIDAS CAUTELARES - PROCESSO Nº 106/2015** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: notificar o responsável pelo estabelecimento para, no prazo de 90 dias, proceder à adoção das medidas necessárias para a redução do ruído nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento Geral do Ruído; adotar a medida cautelar de suspensão da atividade ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27º do mesmo Regulamento, até ser feita prova pelo explorador do estabelecimento das medidas adotadas e da sua eficácia aos domingos e feriados e de segunda-feira a sábado antes das 9h00 e depois das 20h00 horas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre esta matéria disse haver dois interesses a conciliar, o da atividade empresarial, criadora de riqueza e de emprego, o outro que se prende com o direito ao sossego e ao descanso e a um ambiente que todos devem preservar. Opinou que, sendo a atividade permitida naquele local, cumprindo o PDM, e considerando que a função habitacional coincide com a prestação dos serviços, havia questões que

gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente, se foram feitas avaliações de ruído, sobre os níveis de ruído ambiental, circundante à fração que apresenta a reclamação, bem como os níveis de ruído inerentes da própria atividade. Opinou que deve haver condições para medir o ruído ambiental normal e o ruído da atividade e aí sim, poder-se-ia concluir que a atividade era geradora de ruído, mas que o mesmo iria superar os níveis permitidos. Disse ainda não estar esclarecido sobre qual a diferença entre a primeira avaliação e a segunda, dado que o investidor diz que procedeu a alterações tendentes a diminuir a atividade do ruído no seu estabelecimento, de modo a que se possa avaliar o esforço feito, no sentido de minimizar os impactos. Disse ainda, não dispor de informação sobre o volume do incómodo prestado para que a atividade se possa prolongar até às vinte e duas horas, opinando que tomar uma decisão de impor o encerramento às dezoito horas poderá tornar inviável a atividade económica que também é preciso manter.-----

----- Referiu que a defesa apresentada por parte do promotor, muito do ponto de vista jurídico, mas não do ponto de vista técnico, e considerava muito importante que apresentasse informação técnica que fizesse o contraditório, concluindo assim que a questão da avaliação feita em termos de ruído não estava claramente esclarecida, assim como não considerava a defesa convenientemente apresentada pelo promotor. Terminou a intervenção referindo que deve haver uma outra entidade que faça a avaliação sobre qual o volume do ruído ambiental e do ruído da atividade.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a esta questão referiu o direito de todos à saúde pública, sendo o ruído um dos elementos que mais pode dificultar o descanso e trazer problemas de saúde, Outro direito inalienável é o direito à atividade económica e à criação de emprego tão necessários nos dias que correm, apesar de ter sido dada autorização, deverá ser encontrada uma solução de compromisso que satisfaça ambas as partes, ou seja o direito inalienável das pessoas à comodidade e ao sossego e a empresa que viu sufragada pela autarquia o direito a implementar, dentro daquele horário, a sua atividade económica. Considerou a documentação enviada insuficiente, pois o ruído não é quantificado e mesmo a resposta que foi dada pela empresa que iria tomar medidas para reduzir os problemas de ruído, não estão quantificados e opinou que, com a proposta apresentada esta atividade irá encerrar, pois é das dezoito às vinte e duas horas que as pessoas utilizam a lavandaria.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Quanto a este assunto, começou por congratular os promotores da iniciativa que trouxe a Wash Rio para Rio Maior. Disse ainda comungar da opinião do Vereador

Carlos Nazaré, opinando que, considerando as intervenções feitas, provavelmente todos precisariam de mais informação para, em consciência, poderem decidir sobre o que seria melhor para os queixosos, assim como para a empresa proprietária da lavandaria. Referiu que a proposta de horário, das nove às dezoito horas não satisfaz de todo a população de Rio Maior e apesar da Lei dizer que a partir das vinte e duas horas é proibido fazer barulho, pois entra-se no horário do merecido descanso das famílias e da população em geral, assim como também se sabe que, maioritariamente, quando se torna necessário utilizar estes serviços é depois das dezoito horas. Considerou este serviço uma mais-valia para Rio Maior e para os riomaiorenses e não podia ser esquecido a prestação de serviços que fazem aos estudantes da Escola Superior de Desporto, também eles vão para as aulas e só podem deslocar-se a partir de determinada hora, não devendo ser esquecido que uma lavagem dura mais de uma hora. Salientou também o facto de haver muito tráfego na Avenida Marechal Humberto Delgado, sendo a partir das dezoito horas que os pais vão buscar os filhos às escolas que ali se situam, opinando que deveria haver uma discriminação dos níveis de ruído, para se avaliar a situação sem penalizar os riomaiorenses, os queixosos e a própria empresa. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu a palavra ao Chefe de Divisão da Unidade de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento do Território e Espaço Público.-----

----- **CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou tratar-se de uma utilização que está prevista para aquela zona, estando em causa a questão do ruído e os relatórios entretanto apresentados revelam níveis superiores ao permitido por Lei, embora se verifique uma diminuição após as obras de melhoramento e nesses relatórios já foi apresentado os níveis de ruído ambiente e do ruído de funcionamento. A proposta apresentada vai no sentido de dar um prazo para a empresa resolver o problema do ruído.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre esta matéria disse que precisavam de saber, assim como a própria empresa, em quanto é que tem que reduzir os níveis de ruído e se tecnicamente isso é possível, pois trata-se de uma atividade económica que é possível naquele local, de acordo com o PDM, mas também existe o direito ao sossego do qual as pessoas não podem abdicar. Torna-se necessário analisar se é possível harmonizar estes dois interesses, nomeadamente que tipo de investimento é que tem que ser feito, assim como o problema da estrutura do prédio que poderá não estar preparado para estes

tipos de atividades, dado o tipo de construção, assim como deve ser verificado se será possível diminuir estes impactos, a fim de defender os interesses de quem investiu e de quem lá mora. Disse que a Câmara deverá tentar mediar este conflito e encontrar uma solução.-----

----- **DIRIGENTE DO GABINETE JURÍDICO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu alguns esclarecimentos sobre esta matéria, referindo que se apresentou uma proposta que de alguma forma permitisse à empresa prosseguir a atividade e também resolvesse a situação de quem lá vive.-----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que perante tudo o que foi dito, quer por parte dos moradores, quer por parte da empresa, opinou, como cidadão, que independentemente do que foi aprovado nas atas do condomínio, entre outras situações, nunca houve cumprimento da parte da Wash Rio e considerando a importância da atividade económica que tão importante é para a cidade, mas não para prejudicar terceiros, estando-se numa situação de impasse, havendo mesmo várias denúncias feitas à GNR, pois as máquinas estão a trabalhar para além da meia-noite. O acordo que houve na reunião do condomínio para aquele horário de funcionamento, independentemente das questões do ruído, se tivesse sido cumprido ao longo dos tempos, provavelmente a situação nunca chegaria onde chegou e se houvesse bom senso e o cumprimento daquilo que foi acordado, esta situação não estaria agora a ser discutida. Aditou que as medições de ruído efetuadas pela CIMLT apontam para o excesso de ruído e posteriormente com as obras feitas pela empresa os níveis baixaram e referiu ainda que o ruído ambiente não era significativo. Disse ainda que há uma alteração sistemática do horário de funcionamento da empresa. -----

----- Sobre a proposta de deliberação apresentada referiu que a mesma pretendia tentar encontrar uma solução de forma a colmatar os problemas existentes, pois sistematicamente se verifica violação do período de laboração, estando o Executivo a tentar conciliar o trabalho prestado pela empresa, com o direito ao sossego de quem lá mora.-----

----- **CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO** -----

----- Deu alguns esclarecimentos técnicos sobre o assunto e disse que a proposta era no intuito de adotar medidas cautelares e solicitar à GNR para verificar se o horário proposto era ou não cumprido e solicitar novas medições de ruído para verificar, se houve alguma melhoria, após a empresa ter adotado medidas tendentes à redução do ruído.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse serem situações distintas o período de funcionamento e o período em que as máquinas estão a trabalhar e opinou que a Câmara deveria estar disponível para falar com a empresa e apresentar-lhe a solução, mas frisando que o horário era para cumprir, ou seja tem de ser garantido que não há ruído a partir das vinte horas. Dizer-lhes também que esta decisão é tomada, também com o compromisso da empresa, no prazo que lhe for dado, implementar um sistema de redução dos impactos do ruído. ---

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Disse que se verifica o incumprimento por parte da empresa, assim como há prejuízo para os moradores, congratulando-se com a tentativa de conciliação por parte da Câmara e o que for decidido vai obrigar a que haja uma entidade fiscalizadora que verifique a situação. Frisou a necessidade de estar encerrada a partir das vinte horas, ou seja, sem as máquinas estarem a funcionar, pois o som das máquinas é muito volumoso e incomodativo. Disse também tratarem-se de medidas impositivas por parte da Câmara, que caso não sejam cumpridas, o estabelecimento terá de encerrar. Sobre o prazo opinou que o máximo seriam noventa dias e sugeriu que a GNR fosse notificada da decisão da Câmara para atuarem em conformidade. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Encerrou este assunto voltando a ler a proposta de deliberação.-----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

----- **PONTO VII – COMPARTICIPAÇÃO NOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS CURSOS PROFISSIONAIS E VOCACIONAIS - ESCOLA SECUNDÁRIA DR. AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA - PROCESSO Nº 1026/2016** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que sejam asseguradas as despesas de transporte escolar no valor de 17 260,00 € (dezassete mil duzentos e sessenta euros), referente à comparticipação financeira a 100% dos alunos que frequentam os cursos profissionais e vocacionais na Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, nos termos e condições da informação emitida.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

---- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de suspensão parcial do plano diretor municipal de Rio Maior e o estabelecimento de

medidas preventivas e remeter a proposta aprovada à CCDRLVT para emissão de parecer nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 126º e do n.º 1 do artigo 138º do RJGT. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

---- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

----- **VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Senhor José Coelho em representação da Senhora Maria Paula Silva Santos, Rio Maior -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se ao processo da lavandaria e informou que a sua cunhada e o sobrinho eram as pessoas que viviam na casa e estavam a ser prejudicadas pelo ruído e a Lei permite que naquele espaço funcione uma lavandaria se cumprir com os níveis de ruído. Disse também que os decibéis permitidos durante o dia são cinco e a lavandaria tem sete decibéis a mais e das oito às onze horas são quatro decibéis e a empresa nunca cumpriu. Aditou que a Câmara em novembro de dois mil e quinze deu trinta dias para a empresa fazer obras, o que não aconteceu, sendo a medição feita na casa de um vizinho, para a Câmara emitir a licença de utilização. Disse que ao ser dado mais este prazo a empresa não iria fazer nada e salientou que a Lei diz que pode haver um estabelecimento, mas se cumprir os níveis de ruído. Também foram feitos buracos na parede para ventilação, sem autorização do condomínio entre outras situações, e quem sofre com isso é quem lá habita.-----

----- **VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu a palavra ao Chefe de Divisão da Unidade de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento do Território e Espaço Público.-----

----- **CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO** -----

----- Esclareceu que a Câmara apenas se pronuncia com base nos documentos que lhe são presentes. Sobre o condomínio referiu ser questionável se é obrigatório ou não a ata do condomínio para mudar uma utilização do edifício. Sobre a grelha de ventilação há entendimentos diversos e entendeu-se que era de fraca relevância urbanística.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse que a Câmara deverá averiguar se decidiu com base em pressupostos errados, porque a Câmara é uma entidade de bem e parte do princípio que as empresas também o são. Referiu que dera para perceber que a relação entre moradores e empresa começam a ser muito complicadas, pois é necessário encontrar boas vontades para resolver problemas. Sobre a grelha opinou que, caso esta liberte vapores e incomode quem está próximo, aí já se levantam questões da incomodidade que pode provocar. Opinou que a decisão tomada está correta, pois está a dar um prazo para que tudo se resolva e deve ser comunicado à empresa que excecionalmente a Câmara tomou esta decisão no pressuposto de que a empresa encontre uma solução para que não incomode as pessoas.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Agradeceu aos presentes por terem vindo defender os seus interesses e disse ser a primeira vez que este executivo toma conhecimento formal e material deste documento. Muito se honrava de fazer parte de um Executivo que assume aquilo que aprova e daqui a noventa dias voltariam a falar deste assunto, pois a Câmara aprovou por unanimidade para estarem todos do lado da solução e não do lado do problema.---

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando era onze horas e trinta minutos, o Vice-Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Vice-Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:\_\_\_\_\_

A COORDENADORA TÉCNICA:\_\_\_\_\_